

# A CONSTRUÇÃO DA INTERDEPARTAMENTALIDADE ATRAVÉS DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

**Nestor Goulart Reis Filho**

*Depoimento ao Prof. Khaled Ghoubar, em 5 de março de 1999*

Daniel Garcia



*É arquiteto pela FAU/USP, 1955, e bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH/USP, 1962. É professor do Departamento de História da Arquitetura da FAU/USP, com publicações importantes em Arquitetura & Urbanismo e Patrimônio Cultural. É catedrático pela FAU/USP desde 1967, da qual foi Diretor, 1972/76. Teve papel da maior relevância no progresso do ensino de Arquitetura e Urbanismo e participou da fundação da Asbea e da Anpur. Dirigiu a Emurb, 1975/80, e presidiu o Condephaat, 1976/80. Na USP, presidiu a Comissão de Patrimônio Cultural, 1988/90, e atualmente é membro do Conselho Universitário e do Conselho de Cultura e Extensão Universitária.*

**Adusp - Com a mudança da FAU/USP da Rua Maranhão, que fica no centro da cidade, para um lugar bem mais afastado como a Cidade Universitária, o que do projeto espacial, didático e funcional sofreu grandes mudanças e o que ainda está incompleto?**

**Nestor** - Antes disso, a grande mudança sofrida foi sair da esfera da Politécnica e criar uma escola estruturada com autonomia. Essa foi a reforma de 62/63, que criou os Grupos de Disciplinas de Projeto e as várias opções nos três Departamentos. No Departamento de Tecnologia, a coisa foi mais complicada porque havia dentro dele um Departamento de Estruturas com o pessoal da Poli, que em 68 (ou 69) foi mandado embora porque a “Reforma Federal” impediu a duplicação de emprego dos professores. E o professor que fosse da Escola Politécnica não podia dar a mesma disciplina na FAU. Eles foram levados à força para fora. A última reunião da Congregação, conjunta, ainda foi na Rua Maranhão e o professor Figueiredo Ferraz, que era o catedrático desse grupo de Estruturas da Poli, saiu protestando em altos brados e pisando duro no chão de madeira, que ecoava com a batida dos seus pés no chão. Dizia ele: “Eu saio sob protestos! Fui expulso! Eu sou catedrático desta Faculdade, não sou da Politécnica! Foi aqui que fiz o meu primeiro concurso!”. De fato, ele fez o seu primeiro concurso aqui na FAU. Não foi na Poli, e tinha orgulho disso. Colaborava com os colegas, se entendia bem com os arquitetos,

como homem de projeto de estruturas. Essa foi uma ruptura que prejudicou a área de Tecnologia porque tirou um quadro técnico importante da FAU, enquanto os departamentos de História e Projeto se mantiveram mais preservados dentro dessa reforma. As práticas de ensino é que foram alteradas nos dez anos seguintes, e continuam sendo, mas não a sua diretriz geral.

**Adusp - No projeto original da FAU havia um espaço destinado ao Atelier Interdepartamental, que seria o quarto Departamento da escola e que acabou não sendo implantado. Ele faz falta? Ele foi substituído pela pesquisa?**

**Nestor** - A idéia que defendo é a de um local onde se desenvolvessem projetos dentro da FAU, de maneira que projetos de pesquisa fossem desenvolvidos pela pós-graduação e pelos alunos da graduação, regularmente. Porque o projeto é necessariamente interdepartamental. O AI era para ser um espaço de trabalho conjunto dos professores sobre o objeto final, que é o projeto, e não cada departamento trabalhando especificamente na sua área. A pós-graduação tem de assumir o desenvolvimento do projeto dentro da faculdade, com os bolsistas. A pesquisa, se for coletiva, e não individual, e se for integrando os graduandos e os pós-graduandos, terá condições de fazer o papel do AI Naquela época (64/69) era difícil integrar os professores da FAU em projetos desse tipo. Não se colocaram os objetos de trabalho no

AI, e para mim eles têm de ser projetos, grandes projetos de pesquisa, ou projetos arquitetônicos e urbanísticos, cuja execução exige a disciplina de um escritório. Senão voltamos à academia, em que o aluno ia aprender trabalhando no escritório do professor. Hoje temos condições de fazer isso dentro da universidade.

**Adusp - É inegável que o ensino e a pesquisa devem andar juntos. Mas está havendo um conflito, dentro dos critérios empregados pela Reitoria da USP, na avaliação de produtividade dos professores. Nesses critérios está claríssimo que os trabalhos de pesquisa têm muito mais valor. E os professores que mais se dedicam às atividades de aulas se sentem injustiçados. Esse dualismo cria o risco de reduzir a qualidade nas salas de aula e deslocar demasiadamente as atividades para a pesquisa. Esse risco existe ou é um exagero?**

**Nestor** - Por um lado há um exagero. Mas por outro, há uma inadequação que precisa ser apontada. Vamos começar pela inadequação. Os métodos de avaliação me parecem montados a partir da experiência das escolas com maior tradição de trabalho universitário de pesquisa, com certos padrões de apresentação e julgamento de projetos da Fapesp e do CNPq. Os padrões de currículos oficiais também são desta forma. Ou seja, cobra-se de um profissional qualquer da mesma forma como se cobra nas áreas que têm um comportamento que corresponde a um determinado

padrão de eficiência, que poucas áreas universitárias o tem na realidade. O que é verdadeiro para a Faculdade de Medicina talvez, muito provavelmente, não seja certo nas áreas de humanas. Veja, as áreas de exatas, no mundo, têm um sistema de aferição por número de citações. As áreas de humanas não o tem, por vários motivos. Mas o fato é que não o tem, não se pode pôr como fator de medição de qualidade o número de citações. Vou dar um segundo exemplo. As áreas médicas, e hoje também a Poli, têm um padrão de trabalho coletivo hierarquizado, em que o trabalho do orientando é assinado também pelo orientador. Para algumas áreas de humanas isso é um escândalo. Para mim não o é. Essa é uma questão séria. Nós estamos pedindo para as áreas de humanas, artísticas e outras que meçam as suas coisas com padrões e práticas de outras áreas. Não é que as outras estejam erradas, nem que estas estejam erradas. Errado é fazer um sistema de avaliação homogêneo com critérios heterogêneos. Como, então, se mede a produtividade de um docente que se dedica muito aos alunos? Eu acho que essa é uma questão em aberto, mas tenho de reconhecer também que os padrões de ensino, em termos de teoria do conhecimento, em determinadas áreas estão muito mais maduros do que em outras. Não só apenas do ponto de vista positivista, mas também do ponto de vista dialético, porque nesses setores se reconhece a prática profissional como

uma forma de aprendizado tão válida quanto o trabalho acadêmico. Ele se liga à pesquisa, seja em processo de ensino, seja na prática profissional. O ideal é ligar a prática à realidade do país. Nós não podemos fazer pesquisa sobre um mundo que não é o nosso. O arquiteto não pode fazer pesquisa sobre uma área profissional que não é a sua. Isto não significa dizer que a “prática de projeto” é pesquisa. Mas nós temos que orientar nossa pesquisa para a compreensão do “processo de projetar”, de como ele se dá hoje. Se o processo de projetar está lá fora e a pesquisa está aqui dentro, e a pós-graduação também, nós veremos essa coisa constrangedora de que os alunos da graduação desenvolvem projetos de pesquisa dentro da faculdade e os da pós-graduação, não.

**Adusp - O que pode ser feito para analisar esta questão?**

**Nestor** - Julgando pelo nosso lado, eu acho que temos de fazer seminários e discutir uma questão lógica que é a seguinte: “nós temos juntos de estudar procedimentos para aproximar essas várias formas de atividades universitárias e tentar juntá-las num processo só”. Se pensarmos nesse sentido, veremos que as áreas mais maduras fundem o ensino com a pesquisa e a prestação de serviço, de tal modo que participar de um HC ou de uma Clínica Odontológica é uma forma de ensino. Acho que teríamos de discutir essas coisas. E se houver problemas, vamos enfrentá-los, como o que eu levan-

tei no Conselho de Cultura da USP e aqui na FAU, no Caderno nº 4 de nosso laboratório, que é sobre direitos autorais, chamando a atenção para o fato de que os próprios colegas de esquerda vivem discutindo os direitos sobre o trabalho material e não discutem os direitos sobre o trabalho intelectual. Na pesquisa complexa, universitária, que envolve vários setores, quem são os autores? Quais são os direitos? Como você registra a produção desse pessoal? Parece-me que estamos engatinhando nesse sentido. Ainda estamos numa visão de profissionais liberais – cada um no seu escritório mandando na sua parte – e não somos capazes de pensar projetos universitários coletivos.

**Adusp - O que poderíamos observar em termos de diferenciação da FAU em relação ao resto do país? O que a FAU aprendeu com a experiência das demais escolas de arquitetura, principalmente a carioca? E qual foi a contribuição da FAU?**

**Nestor** - Nós não temos sequer um inventário sistemático das teses e dissertações feitas pelo Brasil afora. Às vezes, vamos tomar conhecimento das contribuições de nossos colegas anos depois, em estados que têm orçamentos muito menores do que o nosso, mas têm professores de arquitetura que fazem trabalhos excelentes, dos quais gostaria de ter tomado conhecimento mais cedo para tê-los estudado também mais cedo. Falta um sistema de informação em escala nacional

para os nossos trabalhos, que garanta uma troca de informações. Somos uma série de ilhas, e isto é ruim. A FAU foi fundada em 1948, pelo Anhaia Mello, junto com seus colaboradores da Poli, entre eles o Paula de Souza, como uma escola de orientação moderna. E isto não existia no Brasil naquela época. A FAU marcou época no ensino de arquitetura no Brasil, porque as

outras escolas estavam ligadas à tradição das Belas Artes, com exceção de Belo Horizonte, que, não obstante, seguiu a mesma linha. As escolas de arquitetura mais antigas estavam amarradas, de pés e mãos, à tradição acadêmica. E na FAU herdamos em primeiro lugar a tradição Politécnica, porque vieram junto os professores de lá, e vínhamos do desdobramento de um curso de engenheiros-arquitetos. A arquitetura paulista esteve bem diferenciada até 1954, que foi o ano do centenário da cidade. Ainda tínhamos correntes muito diversas. Tínhamos diferenças que acho importantes.

#### **Adusp - Que tipo de diferença?**

**Nestor** - A arquitetura paulista e parte da carioca, que não é aquela chamada de “escola carioca”, eram muito mais ligadas à arquitetura moderna, mas de influência alemã. Com a persegui-

**A FAU marcou época no ensino de arquitetura no Brasil, porque as outras escolas estavam ligadas à tradição das Belas Artes, com exceção de Belo Horizonte, que, não obstante, seguiu a mesma linha. As escolas de arquitetura mais antigas estavam amarradas, de pés e mãos, à tradição acadêmica.**

ção política aos arquitetos modernos alemães que estavam ligados ao Partido Social Democrático, com a ascensão do nazismo depois de 30, a arquitetura alemã, que era a vanguarda da arquitetura moderna mundial, perdeu prestígio. E essa escola, essa tendência, perdeu força. Aqui vai uma observação que me parece importante: na Alemanha o conceito de arquiteto não é do acadêmico. A arquitetura é considerada como um componente da engenharia, como era na nossa Escola Politécnica. E a Politécnica de São Paulo foi criada com um sentido experimental muito forte, que veio do ensino alemão, porque o Paula de Souza era um engenheiro formado na Alemanha. A nossa engenharia e a arquitetura foram muito ligadas à prática durante décadas. E a arquitetura era considerada uma alternativa da engenharia, não como uma subordinação,

como se quer fazer crer, mas como uma linha não-acadêmica, que é a da Alemanha e de certos lados da Europa, que não a francesa, nem a italiana. Não havia arquitetura nem arquitetos na Alemanha como entendemos hoje, nem havia o uso corrente da palavra “arquiteto”. Não havia ali divisão com a engenharia civil, como existe aqui hoje. O engenheiro civil era o homem para

fazer barragens, e a edificação civil era do arquiteto. O engenheiro civil era para fazer as outras coisas da engenharia civil. Os alemães não passaram por esse processo de uma arquitetura acadêmica, puramente estética e de uma engenharia responsável pelo processo de produção. O arquiteto nessa tradição é responsável pelo processo produtivo, razão pela qual os arquitetos-engenheiros edificadores alemães inventaram as Normas Técnicas e a Arquitetura Moderna. Depois é que veio Le Corbusier, retomando a tradição acadêmica no âmbito da arquitetura moderna, porque isso não existia. Quando nós nos desenvolvemos, acabamos por nos fundir com a tradição da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, que vinha da velha Academia. A independência da profissão no Brasil acabou por ser mais influenciada por uma tradição acadêmica – do



arquiteto como o indivíduo que só faz o projeto – e não é responsável pelo processo produtivo. Isso para mim é um desastre conceitual. Os arquitetos brasileiros estiveram à margem do processo de industrialização, e por mais competentes que sejam, não têm o poder de decisão sobre o desenvolvimento da construção civil no país. Ficamos no nível do papel, ficamos mais fracos. Eu acho que isso é uma coisa importante e, no entanto, a FAU durante um bom tempo conseguiu ter uma posição forte neste sentido, na medida em que foi ela que começou o ensino da arquitetura moderna. Até a sua reforma de 1962 ainda estávamos implantando processos novos.

#### **Adusp - O que foi essa reforma?**

**Nestor** - A reforma de 62, com a orientação do professor Artigas, veio criar as disciplinas de Comunicação Visual e Desenho Industrial, que não eram consideradas como áreas específicas dos arquitetos. E o projeto não era, até ali, pensado como o projeto que é essa lógica de pensar as ações futuras das pessoas. Ele era pensado como uma composição que era a lógica positivista do processo de projetar da academia francesa e não da lógica alemã de orientação do processo de produção. A reforma de 62 deu uma volta por cima e esse projeto se estendeu ao resto do país. Na área de História, começamos a pesquisar e implantamos esse projeto, naqueles anos. Criamos auxiliares de pesquisa, começamos a fazer publicações, traduzir textos e abrir espa-

ços para a pesquisa dentro da escola. O que era impensável, porque as pessoas achavam que estávamos querendo fazer o projeto cientificamente. Ouvimos muitos absurdos desse tipo: “Você não pode fazer projeto com ciência”, diziam, e achavam que ter conhecimento científico implicava fazer projeto cientificamente. Confundiam a ciência do conhecimento com a cientificação da prática, o que é um absurdo em qualquer profissão. O primitivismo do estágio de desenvolvimento da pesquisa era esse. Hoje que estamos fazendo pesquisa a situação parece muito tranqüila, mas a história inicial foi complicada. Era difícil as pessoas nos aceitarem; nem nós mesmos nos aceitávamos. É complicado esse processo, mas a FAU esteve na ponta dessa história. Quando chegou a reabertura de Brasília, a criação do curso de Brasília teve a FAU como a principal interlocutora. Depois, ao longo dos anos 70, essas posições se generalizaram e eu acho que há boas linhas de inovação em várias faculdades do país, tanto públicas como confessionais e até particulares. Há um clima experimental no ensino de arquitetura, e não temos mais essa posição de liderança. E diante das 80 escolas do país seria ridículo pretender tê-la. Nós damos a nossa contribuição, mas felizmente existe hoje uma diversidade muito grande no país. A FAU teve um percurso interessante nesse sentido. Ela foi única, a tal ponto que tentaram fechá-la. Quando o Anhaia foi derrubado, havia um pouco o cli-

ma de fechar a FAU ou transformá-la numa academia. Fizemos uma greve de quatro meses, e foi desagradabilíssimo. Mas o então governador tentou fechar a faculdade onde dava aulas porque o sogro dele, com mania de religião, lhe disse que a FAU era escola de comunistas e convenceu o governador a fechar a faculdade.

**Adusp - Quando vamos conseguir montar uma escola onde o aluno não fique tão angustiado e controle melhor as coisas, fique mais relaxado, seja mais ousado e mais feliz?**

**Nestor** - Nós não podemos esquecer que a faculdade existe para resolver problemas da sociedade. Na universidade brasileira ainda existe uma tendência de se considerar a extensão de serviços como alguma coisa que se estende à sociedade. O estágio em que nós estamos aqui na USP é muito especial. Além de ter desenvolvido a pesquisa e a pós-graduação com o apoio da Fapesp e a carreira em RDIDP (criados nos anos 60), houve estímulos aos professores para se tomar uma posição forte socialmente no plano da pesquisa e no plano universitário, mas não no plano da sociedade. A nossa universidade padece hoje do defeito de ficar distante da sociedade. Curiosamente, esse distanciamento é pela direita, pelo desejo de mantê-la um pouco distante, por ser uma força muito grande, que pode interferir nas diretrizes políticas. E também é pela esquerda, ilusão de um esquerdismo infantil, de que podemos estar nos

comprometendo ao nos aproximarmos da sociedade. Eu penso que a universidade tem responsabilidades sociais com o país. Devemos fazer como faz a área médica, que é mais madura. Ali os problemas de saúde pública, de doenças do país, têm de ser tratados em primeiro lugar pela universidade na escala social e secundariamente pela ação direta dos profissionais com seus clientes. Somos responsáveis pelas diretrizes de políticas habitacionais no Estado de São Paulo. A

faculdade tem de dizer o que o Estado tem para fazer com relação a isto. Ela tem de dizer o que o país tem de fazer com relação às políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano. Tem de estar na primeira linha de proposições e de crítica, com relação a essas suas áreas de trabalho. E hoje ela está silenciosa. Se decidirmos assumir a responsabilidade pelos projetos sociais, temos as condições através desta forma específica de extensão da pesquisa e da pós-graduação nessas áreas. E a graduação vai ter a sua prática de síntese seguindo essa estrutura. No nível de graduação não se consegue hoje essa síntese, a não ser pela participação, no estágio, com o que os outros estão fazendo.

**A nossa Universidade padece hoje do defeito de ficar distante da sociedade. Curiosamente, esse distanciamento é pela direita, pelo desejo de mantê-la um pouco distante, por ser uma força muito grande, que pode interferir nas diretrizes políticas. E também é pela esquerda, ilusão de um esquerdismo infantil, de que podemos estar nos comprometendo ao nos aproximarmos da sociedade.**

**Adusp - A FAU ainda está voltada para formar profissionais liberais?**

**Nestor** - Ainda somos uma escola de profissionais liberais, mas o mercado não é mais só de profissionais liberais. O drama é este. Nossos professores ainda foram formados na mentalidade dos profissionais liberais. Há muito de século XIX no exercício profissional, mas não na atuação como professores e pesquisadores. É o único caminho que me parece correto para tratar dessa questão, nesta e noutras escolas. Na Constituição de 88 o Governo Federal fechou e até deixou que se incendiasse o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Fechou também o BNH,

cuja proposta inicial foi feita no IAB-SP, num seminário que começou em Quitandinha, em 63, e terminou aqui. Até parece que não foram os arquitetos que centralizaram essas teses em 63. Nossa geração estava começando. Nós propusemos isso. Nosso projeto foi distorcido e criaram aquela excrescência que era o BNH do início, que desconhecia o desenvolvimento urbano. Com o trabalho de nossos colegas lá dentro, ao final corrigiram os rumos e começaram a

fazer experiências habitacionais de todos os tipos, como a casa “embrião” e o “mutirão”. Mas se negavam a industrializar o setor, a resolver os problemas sociais dessa forma. O sonho era ter uma sociedade capitalista em que cada um tivesse a sua casinha. Enquanto nós tínhamos um projeto, com os empresários de São Paulo, de industrializar a construção civil. Tudo isso foi sabotado. O BNH proibiu que se fizesse isso e a construção civil foi atrasada em 40 anos por imposição do governo. A FAU, mais uma vez, silenciou com relação a isto. Quero que entendam que não estou querendo acabar com o escritório liberal. O que estou querendo dizer é que o trabalho do pro-

fissional liberal tem uma dimensão social, e o local certo para desenvolvê-la é a universidade. Porque a universidade só conseguirá se impor e não ser privatizada e cobrada se prestarmos tantos serviços a ponto de essa atividade bloquear isso. Temos de discutir os problemas urbanos e da construção civil e oferecer nossa contribuição dentro da nossa área. Se assumirmos como nossos os projetos sociais, devemos fazê-lo com essa extensão, porque a sociedade nos paga para resolver os problemas dela. Nossa responsabilidade social é que define o valor social da nossa instituição. É nesse nível que se funde o que se aprende na faculdade. Se você esvazia a profissão da dimensão social, você não consegue assumir essa dimensão.

**Adusp - Nos programas dos recentes mutirões institucionais na RMSP assistimos a algumas coisas inéditas, não só pela produção em si, mas principalmente pela consciência social e política que se processou no espírito do mutirante. Isso é o que nós podemos chamar de “constituição da cidadania”, que ultrapassa o exercício dos direitos civis. A cidadania que os mutirantes conquistaram consiste em acreditar em si mesmo, na sua comunidade e no Estado. Quanto os arquitetos podem ajudar nessa constituição da cidadania?**

**Nestor** - Cidadania também é compreender a estrutura das relações institucionais, de modo a poder atuar sobre elas, entender a

divisão do trabalho, entender a coordenação, entender o financiamento, a solidariedade, a cooperação, o conflito, a negociação, etc. Isso tem que ser aprendido. A grande maioria do espaço urbano criado na RMSP, e de outros núcleos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, é a autoconstrução isolada, cada um fazendo a sua casa. Toda colaboração a favor do que eles já estão fazendo deveria ser bem-vinda. Não podemos só querer ensinar a fazer. Podemos ajudar a fazer melhor aquilo que se faz, e aceitar como parte da experiência a oferta de apoio para quem já está fazendo algo. Porque por mais que nós façamos, a partir do nosso modelo, ainda o que predomina é a prática social que aí está.

**Adusp - A FAU está se esforçando na criação de um curso noturno, para ser mais popular. Mas nós ainda não incorporamos o patrimônio popular ao repertório de uma arquitetura que se diz oficial e erudita. Nós não somos a Europa íntegra. Nós somos a Europa negra, a Europa índia, miscigenada, e as questões da arquitetura de tradição africana e índia parece que não nos dizem respeito. Como a universidade pode resgatar coisas como essas, que estão se perdendo, e ser realmente popular?**

**Nestor** - Há realmente uma desvalorização das formas populares de produção. Não há a menor dúvida. Eu fiz uma experiência com os favelados, com os quais tive de trabalhar, e comecei

a perguntar a eles sobre as formas de trabalho. Eles custaram um pouco para entender, mas quando entenderam foi uma maravilha. Perguntei quem era da região Nordeste e que produzia tecidos de algodão à mão, em casa. Custou um pouco para ouvir “Ah! O senhor está se referindo àquilo... Ah! Lá no Nordeste a fibra é maior, tece assim... E na casa da minha mãe era assim...”. Percebe-se então que a população nordestina faz tecidos por processos artesanais, e se aquilo for racionalizado eles podem viver dele. Quando eles chegam aqui são postos para carregar areia na obra... Couro? Eles nascem numa cama de couro, se vestem inteirinhos de couro e se diz que eles são não-qualificados e que não sabem trabalhar com o couro... Eles trabalham com a madeira e se diz que eles são não-qualificados... Se fosse feito um pedido ao gravador de histórias de cordel para fazer estampas, ele poderia vender essas estampas magníficas. Dos bordados nem se fala, só que fazem bordados magníficos sobre um tecido paupérrimo, pois eles não têm capital para comprar tecidos finos. Se eles fossem orientados, e foi isso que a Alemanha e o Japão fizeram, poder-se-ia atribuir um valor enorme a esse tipo de trabalho, e todos os desempregados começariam a trabalhar em casa.

**Adusp - Essa não é uma cultura tipicamente brasileira?**

**Nestor** - O que eles fazem é nitidamente brasileiro, o resto é ir-

relevante. Não existe essa “cultura africana”, não existe essa “cultura índia”, porque há um racismo violento atrás disso. Para mim, a contribuição cultural africana se dá nos mais altos níveis, como a portuguesa. É o caso das obras de homens como Teodoro Sampaio, ou de nossos extraordinários autores de músicas barrocas do século XVIII, quase todos de sangue africano.

Teodoro Sampaio, filho de uma escrava, trabalhou de noite para poder comprar a liberdade da mãe e dos irmãos. Os melhores estudos de evolução urbana sobre Salvador e São Paulo que conheço foram escritos por ele no começo deste século. Foi um grande engenheiro e um pesquisador excepcional. Nós fomos educados nessa tradição que vem do Oliveira Viana, de começar a classificar a cultura brasileira e partir das vertentes de origem, que era um mecanismo de desqualificação das pessoas. Ele começava a identificar qual era a raça superior. E isso é fascismo, do qual ele foi líder aqui no começo deste século. Diferentemente da etnografia de Mário de Andrade, que era de estudar o povo brasileiro exatamente na sua riqueza.

**Adusp - Esse projeto rico, que a maior parte dos brasileiros es-**

**Precisamos ter projetos de interesse social de maneira que a população nos defenda. E como o nosso objetivo para a universidade é manter esse padrão de escola pública, precisamos fazê-la também pública no outro sentido e entregar ao público o fruto do nosso trabalho. Isto é uma responsabilidade que nós temos.**

**peraria, não passa pelo nosso curso. Quando se fala hoje em “crise do ensino universitário brasileiro”, e em particular da arquitetura em São Paulo, o que estaríamos deixando de fazer? A mim, me parece que não é uma crise intelectual, nem falta de corpo docente, nem falta de alunos qualificados, nem falta de instalações, nem totalmente a falta de verbas. Creio que se a crise existe ela é por falta de identidade, daquilo que se quer produzir e reproduzir aqui dentro da universidade, daquilo que devemos fazer. Não me parece, assim, que a crise esteja nos pores, está na superfície. Que crise então seria essa?**

**Nestor** - As oportunidades de trabalho são criadas a partir de uma prática de caráter social. Se a universidade não se voltar para essas áreas, não se abrirão os espaços necessários para essa pres-

tação de serviços. A USP, com o seu custo, tem de mostrar que ela presta serviços que não só o ensino. Porque o curso noturno pode ser útil. Quando eu levantei uma questão como essa no Conselho Universitário, me surpreendi com o número de professores – diretores de faculdade, representantes de congregação, na cúpula da universidade – que vinha de famílias ex-

tremamente humildes. Portanto, não é verdade que a USP é elitista. O padrão da USP tem de ser o melhor possível. Nossa preocupação é ter uma escola pública e gratuita com todas as condições para quem entre aqui. Não podemos nos esquecer de que estamos gastando dinheiro para prestar serviços à sociedade. A universidade que conhecemos só sobreviverá se ela se organizar nesse sentido. As pesquisas individuais que não repercutem lá fora não justificam uma universidade como nós temos. Precisamos ter projetos de interesse social de maneira que a população nos defenda. E como o nosso objetivo para a universidade é manter esse padrão de escola pública, precisamos fazê-la também pública no outro sentido e entregar ao público o fruto do nosso trabalho. Isto é uma responsabilidade que nós temos. **RA**